

Leci Brandão



Carina Vitral



Mariana Moura



Rozana Barroso



Orlando Silva



Isa Penna



Francisca Pereira



Keila Pereira



Márcia Quintanilha



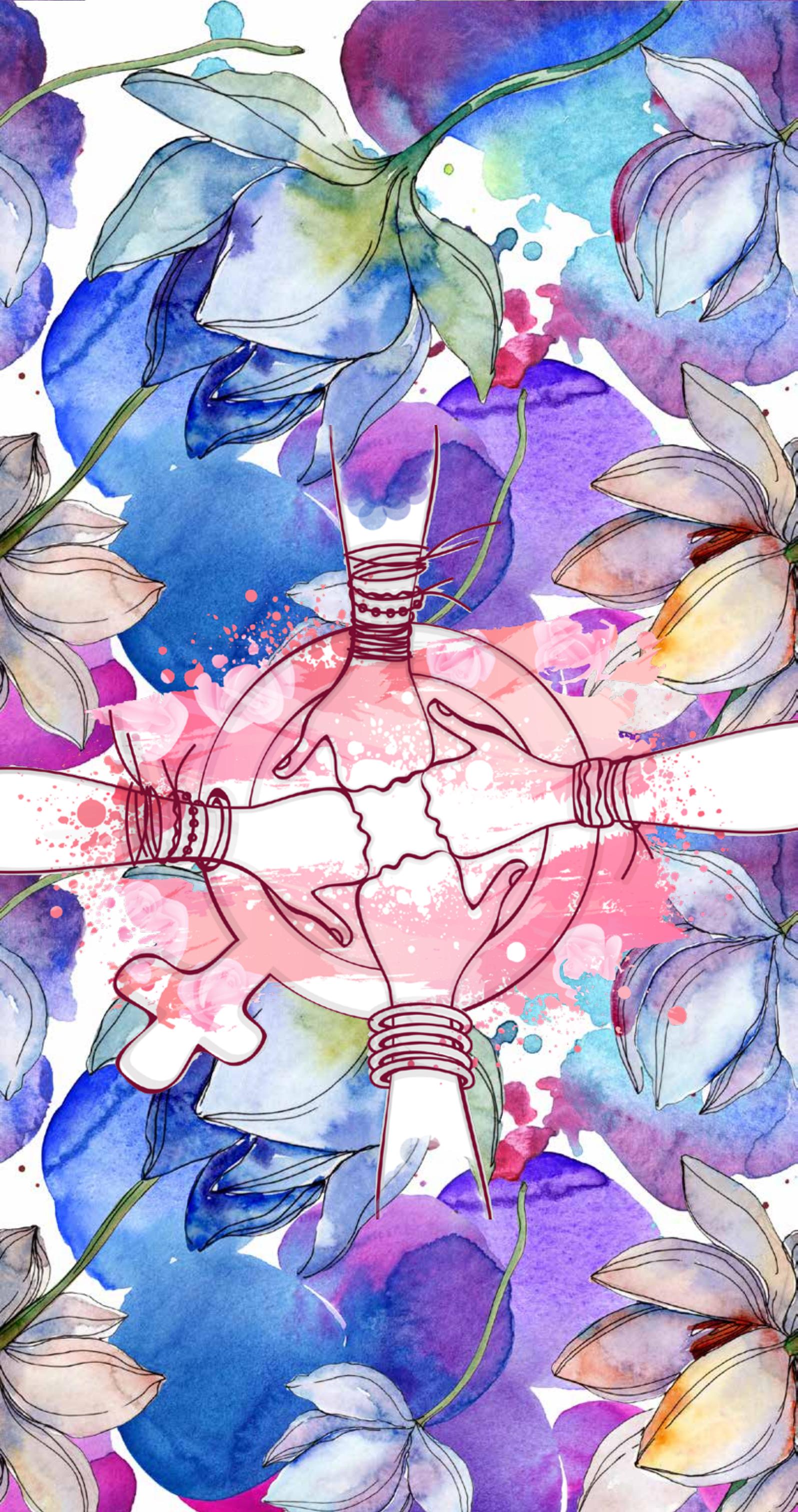
Mulher, seu lugar é na política! Ocupe seu espaço.

Contribuição da Secretaria Estadual da Mulher do PCdoB-SP para programas de campanha de candidaturas comunistas e progressistas nas #Eleições2022 #Esperança



Secretaria Estadual da Mulher do PCdoB-SP







Disputar eleições, vencê-las e exercer os mandatos

O poder político no país é dominado pelos homens e hostil às mulheres. Ao lançar o livro “Sempre Foi Sobre Nós – Relatos da Violência Política de Gênero no Brasil”, a camarada Manuela D’Ávila, vice-presidente nacional do PCdoB, aborda essa questão a partir de seu próprio sofrimento e de relatos de várias mulheres que enfrentam situações absurdas de assédio, constrangimento, discriminação, preconceito e abusos no ambiente político-eleitoral-parlamentar.

O livro traça uma correlação entre os efeitos dessa violência política de gênero e a fragilidade da democracia brasileira, porque o processo ao qual essas mulheres são submetidas em seu fazer político acaba por desestimular tantas outras. E se as mulheres, que são maioria da população e do eleitorado, ficam à margem das decisões, o resultado é que as políticas públicas, os planos, os orçamentos e tudo que interfere em nosso cotidiano não atendem às nossas necessidades emancipatórias.

O poder só será popular e democrático se tiver a nossa cara. Temos de garantir espaço, interferir na política e defender nossas ideias nas eleições. Não basta disputar cargos, precisamos ser eleitas e exercer mandatos. Na eleição de outubro deste ano, nada é mais importante que derrotar o presidente do caos e eleger bancada de mulheres conscientes e lutadoras. Só assim será possível pensar em transformações reais no país, no estado e na nossa vida.

Veja nesta revista as nossas ideias e propostas centrais.

Secretaria Estadual da Mulher do #PCdoB de São Paulo

São Paulo, junho de 2022

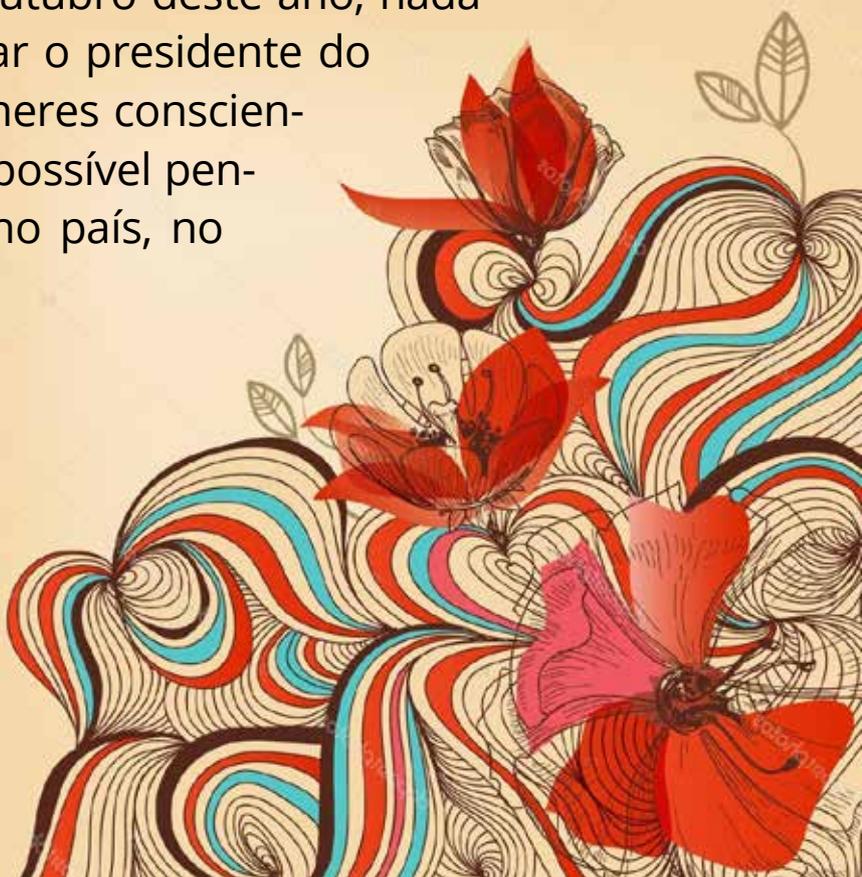




Foto: Karla Boughoff

Mulheres podem mudar o Brasil e São Paulo

O Brasil tem um presidente machista, racista, preconceituoso, preguiçoso, cruel e perigoso. Que vive do caos. Ele faz um governo que beneficia os ricos, massacra os pobres, envergonha o país perante o mundo, ataca as instituições democráticas, desmonta políticas públicas de largo alcance, destrói a proteção social, desdenha do sofrimento alheio, ignora a dor da fome e despreza as mulheres, os trabalhadores, a juventude, as crianças, o povo indígena e outras parcelas, tirando desses milhões de pessoas os direitos básicos, conquistados com muita luta. É o governo da morte, da miséria, da mentira, do ódio e da selvageria. Um estorvo.

Não é aceitável ter 670 mil mortes por Covid, 14 milhões de desempregados, 33 milhões que passam fome, 116 milhões que não têm as refeições diárias recomendadas; não dá para conviver com o preço do gás a 130 reais, o quilo do pãozinho a 16 reais, óleo de cozinha a 10 reais e a inflação que passou de 10% no ano. Isso tudo em meio a uma devastação nos direitos trabalhistas e sociais.

Mas nós podemos mudar esse cenário com a união de amplas forças do povo e da política, destacando-se aí o papel determinante das mulheres, para eleger em outubro um governo democrático e popular no Brasil e no Estado de São Paulo, com um programa que traga desenvolvimento econômico, social, ambiental, educacional, cultural, científico, esportivo.

Um governo que tome todas as medidas para mudar a política econômica, criar emprego, gerar renda, garantir comida, escola, creche, habitação e dignidade para o povo e, particularmente, para as mulheres.



Nós chefiamos 45% dos lares e somos as mais afetadas pelas crises, as desigualdades e as violências e também as mais preocupadas com o sustento da casa, o estudo dos filhos e o bem-estar da família.

Se dependesse apenas do voto das mulheres, o atual mandatário não teria sido eleito em 2018. E agora em 2022 a maioria do eleitorado feminino continua a rechaçá-lo, porque nós queremos paz, democracia, justiça social e progresso. Tudo que o insano nos nega diariamente.

Para mudar a vida do povo brasileiro e paulista, o PCdoB formou uma aliança com o PT e o PV em apoio a Lula para presidente e Haddad para governador. Junto com as candidatas e os candidatos comunistas, essa Federação Partidária – chamada Brasil da Esperança – propõe um projeto de reconstrução nacional e reerguimento do nosso estado.



REFERÊNCIAS:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia.828387/mulheres-sao-responsaveis-pela-renda-familiar-em-quase-metade-das-casa.shtml

<https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-tera-14-milhoes-de-desempregados-em-2022-diz-oit/>

<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/08/fome-atinge-33-milhoes-de-pessoas-e-pais-retrocede-a-anos-90-diz-pesquisa.htm>



🔗 Saiba mais: <https://ctb.org.br/mulher-trabalhadora/se-dependesse-das-mulheres-bolsonaro-nao-seria-eleito-afirma-manuela/>

Mais democracia requer mais participação feminina

Se a maioria das mulheres rejeita o atual presidente – e nós somos a maioria (52%) dos 214 milhões de brasileiros –, é nosso papel assumir as rédeas dos destinos do país e do estado. Em São Paulo, com 45,1 milhões de habitantes e mais de 32 milhões de eleitores, 53% do eleitorado (17,2 milhões de títulos) dos 645 municípios são mulheres, conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral.

Eleger mulheres com trajetória de luta em entidades feministas, movimentos sociais, associações comunitárias, organizações não governamentais e instituições democráticas é um caminho para melhorar a política e tornar os governos e os poderes legislativos representativos da sociedade real.

Além de majoritariamente feminina, a nossa população é formada por maioria negra (56%; IBGE 2019), trabalhadora, pobre e residente nas periferias. Em todo o país, há 34 milhões de famílias chefiadas por mulheres, sendo 12 milhões de lares chefiados por mães solo. Por que não estamos devidamente representadas nos cargos de poder?

Se tomarmos a Câmara dos Deputados como exemplo, em 2018 foram eleitas apenas 77 mulheres, ou 15% do total de 513 parlamentares. E olhe que melhorou em comparação com a história. Desde 1933 – primeiro ano de uma mulher na Câmara –, o percentual não havia ultrapassado 10%. Essa sub-representação numérica das mulheres no poder Legislativo se repete em assembleias estaduais e câmaras municipais.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, apenas 18 mulheres se elegeram em 2018, num total de 94 deputados estaduais, sendo que, deles, a maioria é formada por homens (81%) e brancos (88%). Somente cinco são negros, entre os quais a deputada do PCdoB Leci Brandão. Na Câmara da Capital também só cinco vereadores se declaram negros.

Embora as mulheres negras representem 28% da população do Brasil, elas têm baixa representatividade na política e parecem não existir como grupo demográfico quando se trata de política institucional. Em 2016, o número de negras eleitas para vereadoras e prefeitas não ultrapassou 5% do total de vagas nos 5.568 municípios. De 649 prefeitas eleitas, somente 10 eram negras.

Tanto em número de candidatas quanto de eleitas, elas ficaram atrás de homens brancos, homens negros e de mulheres brancas nos dois cargos.

Nas eleições municipais de 2020, foram 3.521 negras eleitas vereadoras em todo o país, aumento de 22% comparado com 2016. Mas 53% dos municípios brasileiros não têm nenhuma mulher negra nas câmaras municipais nesta legislatura 2021-2024. Apenas por esses números já se percebe o quanto o poder se distancia da realidade do povo.

Além disso, as mulheres na vida pública sofrem assédio, insulto, menosprezo, hostilidade, preconceito e perseguição, o que muitas vezes as afastam da atuação política. Mas com união e engajamento a gente conseguirá mudar isso.

Esta eleição de 2022 é a hora de fazer valer o gênero feminino da democracia e transformar essa realidade. As meninas e as mulheres comprometidas em derrotar o perigo bolsonarista e construir um outro tipo de poder precisam entrar na política, para fazer as mudanças que desejamos, especialmente aquelas que dizem respeito à economia e à aplicação dos orçamentos públicos, porque aí está o poder de fato e é aí que precisamos inverter a lógica vigente, em favor de quem mais precisa da política.



“Parodiando Milton Nascimento, dizemos “as meninas e o povo no poder, eu quero ver...””

REFERÊNCIAS:

- <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/05/10/sp-ganha-62-mil-eleitores-de-16-e-17-anos-mas-perde-mesmo-numero-na-faixa-etaria-acima-de-60-anos-durante-a-pandemia.ghtml>
- <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2022/noticia/2022/05/05/mulheres-tem-85-milhoes-de-titulos-de-eleitor-a-mais-do-que-homens-no-pais-diferenca-e-recorde.ghtml>
- <https://olb.org.br/camara-dos-deputados-no-brasil-uma-historia-de-sub-representacao-das-mulheres/>
- <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/numero-de-mulheres-na-assembleia-de-sp-passa-de-11-para-18-pretos-sao-5-de-94.ghtml>
- <https://www.camara.leg.br/noticias/545913-numero-de-deputados-negros-cresce-quase-5/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica>
- <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-e-as-eleicoes-municipais-de-2020/>
- <https://www.saopaulo.sp.gov.br/artigos/monoparentalidade-feminina-em-foco/>



PCdoB é o partido de mulheres que lutam

Deputados federais do PCdoB estão sempre entre os destaques da Câmara dos Deputados e do Prêmio Congresso em Foco

O centenário Partido Comunista do Brasil dedica atenção permanente à presença das mulheres na política. Temos uma sólida elaboração teórica – enriquecida desde 2018 com a chegada das camaradas que vieram do Partido Pátria Livre – sobre a emancipação das mulheres e fazemos esforços contínuos para ampliar o protagonismo feminino na sociedade, nas instituições, em governos, no Parlamento e nos movimentos sociais. A participação de mulheres da luta emancipacionista nas eleições – não só para disputar, mas para se eleger e exercer seus mandatos – é primordial para (re)conquistar direitos e tornar a política mais humana.

O partido, que teve Manuela D'Ávila candidata à vice-presidência da República em 2018, é presidido por uma mulher negra, Luciana Santos, que foi deputada estadual em Pernambuco, deputada federal, prefeita de Olinda (PE) e hoje é vice-governadora de seu estado. Sua trajetória começou como líder estudantil, o que ocorre com boa parte da nossa militância, caso do deputado federal que representa os comunistas do Estado de São Paulo em Brasília, Orlando Silva, que foi presidente da União Nacional dos Estudantes. Ele figura entre os 4% de deputados que se declaram pretos. Somando-se aos pardos, a Câmara tem menos de 25% de negros, do total de 513 parlamentares.

Orlando compõe a “pequena gigante” bancada de oito deputados federais do PCdoB, cuja metade é formada por mulheres – reconhecidas por sua alta capacidade de articulação política e marcante atuação legislativa: Alice Portugal, Jandira Feghali, Marcivânia Flexa e Perpétua Almeida.



Aqui no estado, nossa única deputada eleita em 2018, Leci Brandão, é uma artista negra com profunda inserção na cultura popular. A primeira suplente é a feminista Carina Vitral, líder estudantil que também presidiu a UNE. Há poucos meses a bancada estadual do partido ganhou reforço de outra mulher, Isa Penna, igualmente reconhecida na luta feminista, em particular no enfrentamento à violência política de gênero da qual ela é vítima direta. Significa que 100% da nossa bancada é de mulheres e 50% é negra.

A parcela feminina da nossa chapa que disputará a eleição legislativa deste ano tem a marca da diversidade partidária no estado: as já citadas Isa Penna (para deputada federal, lado a lado com Orlando Silva), Leci Brandão e Carina Vitral, para deputadas estaduais, juntas com Mariana Moura (cientista), Márcia Quintanilha (jornalista), Keila Pereira (ativista cultural), Francisca Pereira da Rocha (professora) e Rozana Barroso (estudante secundarista).

Elas trazem consigo a irreverência, o dinamismo, a inteligência, o inconformismo, o comprometimento e a capacidade das comunistas, para conduzir as mulheres paulistas à vitória contra o obscurantismo da extrema direita.

Estamos tratando, aqui, apenas da atuação eleitoral-parlamentar do PCdoB, mas se extrapolarmos para outros ambientes se verá que o partido também tem presença feminina forte. Por exemplo: ao partido são filiadas as duas principais líderes estudantis da atualidade: Bruna Brelaz, que preside a UNE; e Jade Beatriz, eleita recentemente para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, assim como as presidentes das coirmãs estaduais: Tayná Wine (UEE-SP) e Luiza Martins (Upes). Quatro meninas cuja formação teórica e prática no partido lhes proporcionou desenvolver suas habilidades políticas e alçar liderança.



Veja aqui um filme sobre as mulheres do PCdoB:

https://www.instagram.com/p/Cd3J_FGFOvd/



Conforme se vê, o PCdoB combate na prática o machismo, o sexismo e o racismo presentes na política e na sociedade brasileiras. Entretanto, mesmo diante dessa preocupação constante em promover lideranças que representem a multiplicidade de perfis da população, precisamos aumentar a quantidade de mulheres filiadas e avançar na formação de novos quadros femininos que possam não apenas dirigir o partido em diferentes instâncias, como disputar e vencer eleições nos municípios, ocupar postos em governos e instituições públicas, liderar o movimento popular e sindical e se destacar na ciência, na cultura, economia, medicina, agricultura, educação, literatura, esporte, etc.

CURSO MODULAR DO FÓRUM ESTADUAL
Sobre a emancipação das mulheres do PCdoB SP
para candidatas, dirigentes e lideranças sociais

aula 2: Saúde universal e gratuita

CONVIDADA:
Julia Roland

Médica, Secretária Estadual de Mulheres e da Comissão Nacional de Saúde do PCdoB

19 de Outubro - 19 Horas
via Google Meet



CURSO MODULAR DO FÓRUM ESTADUAL
Sobre a emancipação das mulheres do PCdoB SP
para candidatas, dirigentes e lideranças sociais

aula 1: Mulheres, Estado e democracia

CONVIDADA:
Lenice Antunes

Advogada e Integrante do Comitê Estadual do PCdoB

13 de Outubro - 19 Horas
via Google Meet



O PCdoB propicia às suas militantes uma formação política que vai além dos temas específicos do feminismo



Luciana Santos e Manuela D'Ávila: no PCdoB as mulheres têm vez e voz

A presença, no ambiente institucional, de mulheres forjadas na luta popular inspira meninas e adultas a quererem alcançar espaços de poder. Por isso dizemos: #VemProPCdoB!

#VEM PRO
PCdoB
filie-se



Não é amor, é trabalho invisível não pago!

O relatório “Tempo de Cuidar: o Trabalho de Cuidado Não Remunerado e Mal Pago e a Crise Global da Desigualdade”, divulgado em 2020 pela Oxfam Brasil, identificou que mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas diárias ao trabalho de cuidado não remunerado – que resulta numa contribuição de pelo menos 10,8 trilhões de dólares por ano à economia global. É mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo.

A população feminina responde por mais de três quartos do cuidado não remunerado feito no mundo, e representa dois terços da força de trabalho em atividades de cuidado remuneradas. No Brasil, 85% dos afazeres domésticos (trabalho informal) são feitos por mulheres, com dedicação diária de até 6 horas.

Esse trabalho de cuidado não pago ou mal pago, quase sempre feito por mulheres pobres, fica invisível e perpetua a desigualdade econômica e de gênero. As mulheres e meninas que assumem o trabalho de cuidado têm pouco tempo para si mesmas e mal conseguem ter vida social ou política.

RICACHOS CADA VEZ MAIS RICOS

Apesar disso, continuam escamoteadas as discussões que surgiram em anos recentes sobre adotar políticas públicas para essas trabalhadoras, aposentadoria, férias e outros direitos para pessoas que cuidam de crianças, idosos e doentes – da sua família ou de outras. E, para além da ótica de direitos sociais e trabalhistas, é fundamental que o Brasil passe a discutir seriamente a economia do cuidado como atividade econômica que faz o país girar.

Contrastando com esse cenário, a mesma ONG apresentou outro estudo, em maio de 2022, sobre como os bilionários do mundo lucraram com a pandemia da Covid-19 e lucram agora com a inflação dos alimentos e da energia, à custa de fome e miséria para milhões de cidadãos. Atualmente, 2.668 bilionários – incluindo alguns brasileiros – detêm fortunas de 12,7 trilhões de dólares.

Os dez homens mais ricos do mundo têm mais riqueza do que a soma de 40% da população mais pobre (3,1 bilhões de pessoas).



Diante dessa riqueza, 263 milhões de pessoas no planeta vão cair na pobreza extrema este ano, muitas delas no Brasil, que voltou ao mapa da fome mundial após ter saído dele há vários anos. A cidade de São Paulo tem, em 2022, quase 32 mil cidadãos – incluindo famílias inteiras – sobrevivendo ao relento.

A Capital também tem mais de 619 mil famílias em extrema pobreza, conforme dados do CadÚnico. Brasileiros que só conseguem comer se receberem doação de marmitas, lanches ou moedas. Uma calamidade!

Ao criar o Auxílio Brasil, Bolsonaro deixou de fora muitos brasileiros antes beneficiados pelo Bolsa Família, e hoje a fila de espera para o auxílio tem 2 milhões de famílias. Esse é o país que adotou o teto de gastos públicos com o claro intuito de diminuir a atuação do Estado em favor dos mais pobres, por isso queremos o fim do teto. O Estado tem de investir o que for preciso para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem a quarta maior inflação do G20 (grupo das 20 maiores economias do mundo). A inflação de março foi a maior para o mês desde 1994. A de abril (1,06%) foi a maior no mês desde 1996. O índice acumulado em 2021 foi de 10,06%, enquanto os salários estão achatados – o salário-mínimo ideal deveria ser 6 mil reais para sustentar uma família de quatro pessoas, conforme o Dieese. Quem consegue pagar as contas? Por esse motivo, se alastra em São Paulo o Movimento Contra a Carestia, no qual as mulheres estão marcando presença.

No capitalismo só existe exploração e perversidade, é um sistema que concentra riqueza em poucos burgueses e espalha miséria para bilhões. Nossa luta pelo socialismo e por um novo modelo econômico precisa avançar, mas, enquanto não se muda o atual estado das coisas, é necessário adotar medidas emergenciais para reduzir a pobreza extrema. Entre as alternativas está a proposta, que o PCdoB apoia, para taxar grandes fortunas.

Uma discussão que precisa ocorrer urgentemente no Brasil.

Extrema pobreza na cidade de São Paulo

Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza cresce 30,8% em 2022

619.869 famílias estão em situação de extrema pobreza na cidade de São Paulo, de acordo com os dados do CADÚnico*



DIEESE

Cálculo

Em abril de 2022, o **salário mínimo necessário** para manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a **R\$ 6.754,33**



Saiba mais sobre a Campanha Contra a Carestia:



<https://www.facebook.com/contraacarestia>



<https://www.instagram.com/contraacarestia/>

REFERÊNCIAS:

<https://www.oxfam.org.br/blog/trabalho-de-cuidado-uma-questao-tambem-economica/>

<https://www.oxfam.org.br/noticias/lucrando-com-a-dor-novo-relatorio-mostra-como-bilionarios-lucram-durante-a-pandemia-as-custas-de-milhoes/>

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2014/09/16/brasil-saiu-do-mapa-da-fome-produzido-pela-onu>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>

<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/05/26/auxilio-brasil-deixa-fora-ao-menos-2-milhoes-de-familias-em-extrema-pobreza.htm>

<https://pt.org.br/o-inferno-e-aqui-brasil-tem-4a-maior-inflacao-entre-paises-do-g20/>



É preciso aperfeiçoar a democracia participativa

Com o movimento das liberdades democráticas, coroado pela Constituição de 1988, alguns mecanismos de participação popular já estão consagrados na Lei Maior do país, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Entretanto, o sistema representativo ainda prevalece com força sobre o sistema participativo, trazendo distorções imensas ao nosso sistema eleitoral, ainda com poder forte dos interesses privados, dos grupos econômicos. Para piorar, mais recentemente passou-se a ter representação de bancadas parlamentares fortemente constituídas como as evangélicas, da bala, ruralista, etc.

Portanto, a participação popular, que a partir de 1988 vinha numa construção nacional permanente e consolidou vários mecanismos durante o período de 2003 a 2011 – com a criação dos conselhos participativos –, sofreu a partir de 2018 um processo de desmonte após a eleição do governo antidemocrático, machista, neofascista, que de modo peculiar vem atingindo as conquistas que as mulheres lograram com muita luta em sua caminhada.

As experiências que vivemos e que transformaram o Estado brasileiro nos darão força para fazer a reconstrução nacional depois de derrotarmos esse governo antipovo que se instalou em Brasília e elegermos Haddad, em São Paulo, para tornar novamente o estado a locomotiva do Brasil.

Diante da situação dramática do povo brasileiro, em particular das mulheres, sob a fome, a miséria, o desemprego, os preços altos dos alimentos, da energia, do gás e dos aluguéis, que jogou nas ruas famílias inteiras desabrigadas, nota-se que a população está propensa a lutar por um estado mais democrático, mais desenvolvido, com mais oportunidade para todos e com as mulheres participando igualmente de forma plena e efetiva em todos os níveis de tomada de decisão na vida econômica e pública do estado.



1. Que os governos eleitos busquem articular todos os setores capazes de gerar desenvolvimento, novos empregos e novos postos de trabalho.
2. Que o novo governo federal eleito revogue o Decreto 9.759/19, que limitou a atuação dos Conselhos e demais Colegiados da administração pública federal.
3. Que todos os municípios com mais de 100 mil habitantes tenham pelo menos uma Casa da Mulher Paulista, nos moldes da Casa da Mulher Brasileira, com recursos das esferas federal, estadual e municipal. Os municípios de população inferior deverão constituir Centros de Cidadania da Mulher para orientar e garantir os direitos sociais, políticos e culturais das mulheres.
4. Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
5. Revisão e implementação de legislação e instrumentos normativos para garantir igualdade de oportunidades às mulheres na ocupação de posições de decisão nas distintas esferas do poder público.
6. Apoio à proposta da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) que altera o regimento interno da Câmara dos Deputados para incluir a violência política contra a mulher, como prática de quebra de decoro parlamentar. Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, parlamentares e demais mulheres, poderá ser punido com a perda do mandato parlamentar. Que essa iniciativa se replique em âmbitos estaduais e municipais.
- 7. Criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres na estrutura do governo estadual.**
8. Garantia de pleno funcionamento do Conselho Estadual da Condição Feminina.

#VotoFeminino #MulherNaPolítica #MulheresNoPoder

Foto: Cesar Ogata





Estado democrático precisa ser antirracista

As mulheres negras são as que mais sofrem com a omissão do poder público, imersas na desigualdade, em violações, violências e invisibilidade. Comendo 28% da população brasileira, elas enfrentam a maior taxa de desemprego em relação aos homens brancos.

As mulheres negras são a maioria na desocupação, na subocupação e na subutilização da força de trabalho, qualquer que seja a pesquisa feita sobre a população em idade ativa do país, comparadas com mulheres e homens brancos e com os próprios homens negros. No primeiro trimestre de 2021 a porcentagem de desemprego das mulheres negras era de 21,4% e dos homens brancos 9,9% (dos homens negros era 14% e das mulheres brancas também 14%), conforme a Pnad Contínua do IBGE.

Um relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que 1,1 milhão de brasileiras deixaram o mercado de trabalho entre o começo de 2019 e o fim de 2021. Dessas, 925 mil mulheres são negras. A taxa de subutilização da força de trabalho é de 40,5% entre as negras e de 26,4% entre as não negras.

Elas também sofrem maior dificuldade de se recolocarem, além de ganharem menos que os homens, em todos os setores da atividade econômica, mesmo quando têm mais escolaridade. A partir de dados da Pnad Contínua do quarto trimestre de 2019 e da Rais do mesmo ano, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) identificaram que as mulheres negras ganhavam, em média, 26,98% a menos que os homens brancos, mesmo levando em conta similaridades de nível de escolarização, ocupação/setor em que trabalham, idade, experiência, horas trabalhadas e localização geográfica.

Se olharmos os índices de violência, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras aumentou 4,5%, entre 2007 e 2017, os assassinatos de mulheres negras aumentaram 30%. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a mulher negra está mais presente nas camadas de baixa renda e de menor nível educacional, vivendo em ambientes e condições de maior exposição à violência, dentro e fora de casa.



Dados de 2018 indicaram que, no Brasil, uma mulher foi assassinada a cada duas horas, e as negras eram quase 70% das vítimas. Registre-se também que 82% das pessoas transexuais assassinadas no país são negras – sendo o Brasil o país que mais mata pessoas trans no mundo.

As mães negras também sofrem com o contínuo assassinato de seus filhos e filhas, vítimas principalmente da brutalidade policial e da famigerada “guerra às drogas”, que também provoca encarceramento em massa de jovens. A cada 23 minutos, morre um jovem negro no país, segundo levantamento da Anistia Internacional. Não é exagero falar em genocídio da juventude negra.

Tendo em conta a gravidade da situação e considerando que são as mulheres negras as maiores vítimas das opressões sociais, é urgente que todas as instâncias políticas se comprometam com políticas públicas e outras iniciativas para conscientizar e defender os direitos desse grupo populacional. Um país e um estado democráticos precisam ser necessariamente antirracistas. E o combate ao racismo deve ser prioridade em todas as políticas públicas e ações transversais, em cumprimento ao princípio constitucional da dignidade humana e para assegurar a diversidade e a justiça social.

propostas

1. Inserir no Plano Plurianual (PPA) do estado e na Lei Orçamentaria Anual (LOA) orçamento condizente para políticas públicas transversais de combate ao racismo e às desigualdades, nas diversas secretarias de governo, coordenadorias, autarquias e empresas públicas.
2. Criar a Secretaria Estadual de Políticas de Igualdade Racial, incentivando intercâmbio de informações e de ações entre outras secretarias estaduais e municipais; e garantindo: a) orçamento próprio para combate ao racismo; b) comissão de monitoramento com 50% da sociedade civil e 50% de poder público, sendo no mínimo 20% nos dois segmentos com pessoas negras.
3. Ampliar a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância com a finalidade de combater todos os crimes cometidos contra pessoas, entidades ou patrimônios públicos ou privados cuja motivação seja racismo, preconceito ou intolerância religiosa.

4. Adotar políticas de qualificação profissional, criação de emprego e geração de renda para mulheres negras, quilombolas e indígenas em todas as regiões administrativas e metropolitanas, com incentivo a salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres.
5. Fortalecer a luta pela renovação da Lei de Cotas no ensino superior (Lei Federal 12.711/2012).
6. Implantar programa de educação permanente em saúde, baseada na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos espaços públicos e sociais, comunidades quilombolas e instituições religiosas e educacionais, com foco na informação e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (doenças renais, hipertensão arterial, diabetes, transplantes, anemia falciforme e mortalidade materna em mulheres negras), bem como na melhoria da qualidade de vida da população negra.
7. Criar programas de combate à violência política e eleitoral contra a mulher negra. Em 2020, 88% das candidatas, no estado, alegaram ter sofrido algum tipo de ameaça física, interrupção e constrangimento.
8. Cumprir as leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas. Adquirir materiais didáticos, literaturas e bibliografias afrocentradas, em todas as disciplinas e modalidades da educação infantil, básica, superior, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e formação continuada, reservando orçamento específico para tal finalidade.
9. Implementar políticas efetivas para barrar o genocídio da juventude negra, pobre e periférica cometido em ações policiais da segurança pública do estado.
10. Ampliar o uso de câmeras corporais para todo o efetivo da polícia no estado, como forma de diminuir a letalidade policial, proteger provas e reformular políticas de treinamento.
11. Criar a Defensoria Estadual da Cidadania para suporte legal às vítimas de racismo e discriminação e para investigar autos de resistência emitidos no estado.
12. Revisar toda a legislação estadual para identificar mecanismos que inibam a promoção da igualdade étnico-racial ou que favoreçam a manutenção do racismo.
13. Lutar por uma legislação estadual que assegure cota para negras e negros nos concursos públicos.

#CotasSim #CotasAbremPortas #EuDefendoAsCotas

REFERÊNCIAS:

- <https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-1o-trimestre-de-2021/>
- <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mulher-negra-no-mercado-de-trabalho>
- <http://www.mulheres.ba.gov.br/2021/09/3327/Atlas-da-Violencia-2021-66-das-mulheres-assassinadas-no-Brasil-sao-negras.html>
- <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>
- <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2018/12/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-esta-sendo-assassinado-no-brasil-diz-pesquisadora>



Brasil
Mãe vai à polícia após encontrar filha com nome do ex tatuado no rosto



Brasil
Mulher tem faca cravada nas costas por ex-namorado no interior de SP



Brasil
Vídeo: mulher sofre corte no rosto após agressão do ex-namorado em GO



Brasil
SP: mulher é assassinada com água fervente por namorado, que se matou

Manchetes no UOL na mesma seção, no mesmo dia e horário: violência é assustadora

Exigimos o fim da violência contra as mulheres

A Delegacia de Defesa da Mulher Online do Estado de São Paulo registrou mais de 60 mil boletins de ocorrência de vítimas de violência doméstica em dois anos de pandemia, de abril de 2020 a abril de 2022. Dessas, 10 mil vítimas tiveram medidas protetivas autorizadas pela Justiça. No entanto, os casos de violência são bem mais numerosos, porque os boletins pela internet correspondem a apenas 24% do total de registros.

A violência sexual ocorre em maior número na casa da própria vítima ou do suspeito, e quase sempre é cometida por alguém da família ou próximo (companheiro, pai ou padrasto). Como se vê, para milhares de mulheres e meninas a ameaça é maior onde deveriam estar mais seguras: em suas próprias casas.

Feminicídio é epidemia no Brasil, quinto país com maior taxa de homicídios de mulheres no mundo, com 1.319 casos registrados em 2021. Um crime que deixa 2 mil órfãos por ano no país. No Estado de São Paulo houve 136 registros em 2021. Outros tipos de crime também são altos aqui: 38.428 registros de lesão corporal dolosa contra mulheres no ano passado e 10.644 estupros e estupros de vulneráveis, que abarcam mulheres e pessoas menores de 14 anos ou cujas condições de saúde as impedem de discernir ou resistir ao crime.

O número de medidas protetivas concedidas no estado aumentou nos últimos seis anos, conforme levantamento da TV Globo no Tribunal de Justiça de São Paulo. Em 2016, foram pouco mais de 20 mil. Em 2021 foram 66,2 mil. E até abril de 2022 já são 25 mil medidas protetivas concedidas. Os dados demonstram que há muitas mulheres em perigo mas também que elas estão mais dispostas a denunciar.

5 tipos de violência que a mulher deve denunciar

Ao contrário do que muitos pensam, a violência física não é a única forma de agressão à mulher. Veja os 5 tipos de agressão previstos na Lei Maria da Penha:

- ✶ **Física:** empurrar, chutar, amarrar, bater, violentar
- ✶ **Psicológica:** humilhar, insultar, isolar, perseguir, ameaçar
- ✶ **Moral:** caluniar, injuriar, difamar
- ✶ **Sexual:** pressionar a fazer sexo, exigir práticas que você não gosta, negar o direito a uso de qualquer contraceptivo
- ✶ **Patrimonial:** reter seu dinheiro, destruir ou ocultar seus bens objetos, não te deixar trabalhar, ocultar



Outro aspecto a se destacar é que o governo estadual adotou o aplicativo SOS Mulher, pelo qual a vítima detentora de medida protetiva que se sentir em risco pela aproximação do agressor pode acionar via celular um alarme de socorro à Polícia Militar.

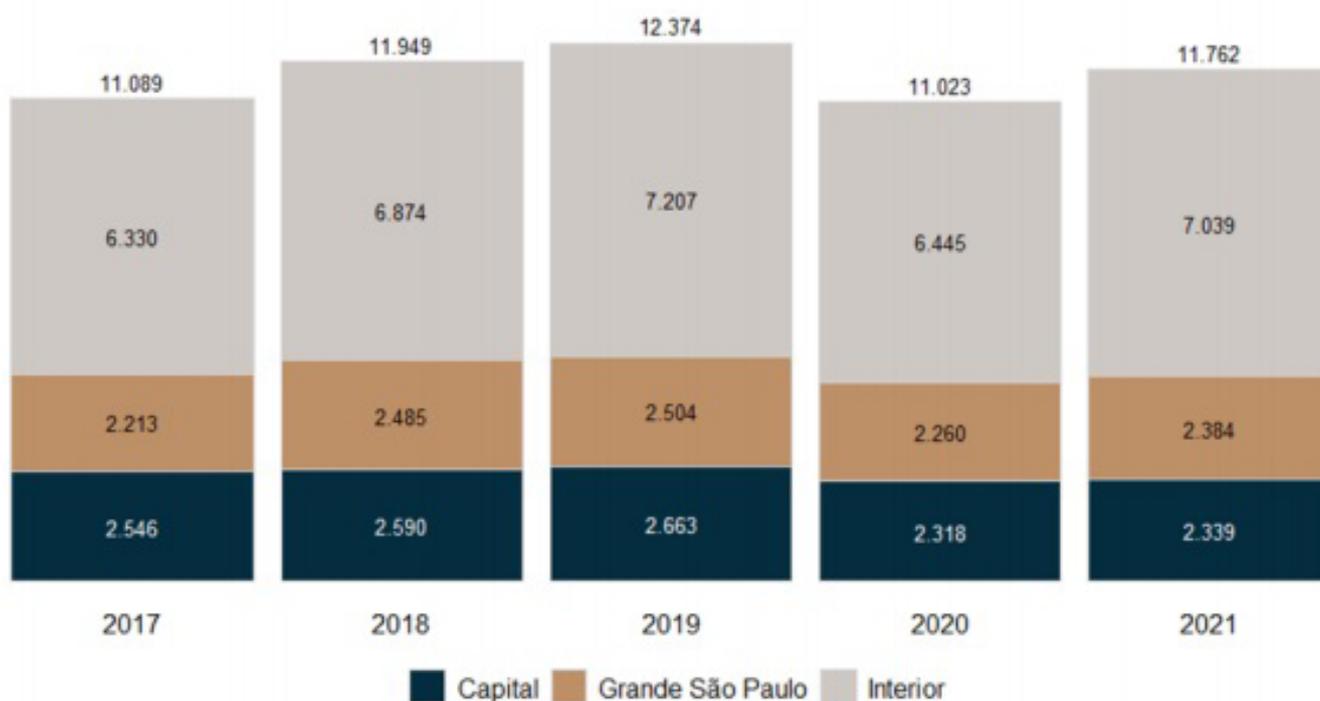
Vale lembrar que o estado tem apenas 138 Delegacias da Mulher, sendo que só 11 funcionam 24 horas. E o então governador Dória vetou uma lei que obrigava todas elas a funcionarem em período integral, inclusive aos finais de semana e feriados.

Como “compensação”, foram criadas salas chamadas de DDM 24 horas em 44 delegacias comuns do estado. Pelo computador dessas salas reservadas, as mulheres que pretendem denunciar violência doméstica conversam com a equipe da DDM Online, e as conversas são gravadas para posterior encaminhamento aos órgãos e departamentos competentes.

LIGUE 180 para denunciar violências contra as mulheres.



Ocorrências de Estupros por região



Os casos de estupros registrados no estado de São Paulo em 2021 aumentaram 6,7% em relação a 2020, com 739 casos a mais. Contudo há de se ressaltar que 2020 foi um ano atípico por conta da pandemia e das mudanças na dinâmica social que impactou em especial a possibilidade de vítimas de estupro comunicarem às autoridades a violência sofrida.

Quando observamos o comportamento segundo grandes regiões paulistas, percebemos que o maior aumento percentual ocorreu no Interior (9,2%), região que respondeu pela maior parte dos registros de estupros do estado (60%). Capital e Grande São Paulo tiveram participação semelhante, respondendo cada uma por 20% dos registros no estado.

Considerando a série histórica, vemos que o ano de 2020 interrompeu uma sequência de três anos de sucessivas altas observadas em todas as regiões do estado. Como já mencionamos, 2020 foi um ano marcado pelas medidas de isolamento social por conta da Covid-19, o que impactou a dinâmica criminal do estado de diferentes maneiras. No ano de 2021 temos um aumento em relação à 2020 que podemos supor ser resultado do retorno dos canais de comunicação desse crime às autoridades.

1. Aplicar integralmente a Lei Maria da Penha, em especial a implantação dos juizados especiais, fortalecer a Patrulha Maria da Penha, criada em 2021 no estado para monitorar a segurança de mulheres que possuem medida protetiva.
2. Criar Centros Especializados de Atendimento à Mulher em situação de violência e ampliar os centros já existentes, com a devida destinação de orçamento para o seu funcionamento e capacitação dos profissionais envolvidos.
3. Construir e ampliar unidades da Casa Abrigo para mulheres sob risco de morte, com garantia de vagas para seus filhos e preservação de sua segurança por meio de sigilo sobre o local.
4. Implantar Centros de Cidadania, como a Casa da Mulher Brasileira e similares, para ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à educação, à orientação e capacitação profissional, bem como garantir acesso a atividades de lazer e cultura.
5. Expandir o acesso de mulheres em situação de violência a programas de habitação.
6. Propor lei ou programa que assegure cota de vagas de emprego nas empresas terceirizadas do governo estadual para mulheres vítimas de violência doméstica.
7. Implantar medidas para mulheres vítimas alcançarem autonomia econômica em relação a seus agressores.
8. Adotar medidas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBTQI+; ações para coibir a exploração sexual de mulheres, jovens e crianças; e políticas de cultura da paz e promoção da diversidade humana.
9. Expandir para todo o estado e garantir verbas suficientes para iniciativas como o Projeto Transcidadania e a Casa Florescer, ambos na Capital, que se destinam ao acolhimento, reintegração social, resgate da cidadania e (re)colocação no mercado de trabalho para pessoas trans em situação de vulnerabilidade.
10. Incrementar zeladoria e iluminação públicas em todas as ruas e praças das cidades, aumentando a sensação de segurança das cidadãs.
11. Elaborar, onde não houver, ou cumprir lei já existente que permita a mulheres e idosos descerem fora do ponto de ônibus entre as 22 horas e as 5 horas, desde que a descida ocorra em um local que obedeça ao trajeto regular da linha e onde não seja proibido parar veículo.
12. Colocar postos da PM e das GCMs em pontos de grande aglomeração, com guardas treinados para lidar com situações de violência contra mulheres em local público.



Foto: Vangli Figueiredo/UJS

REFERÊNCIAS:

- <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>
- https://cultura.uol.com.br/noticias/20362_policia-militar-de-sao-paulo-implanta-a-patrolha-maria-da-penha-para-todo-o-estado.html
- <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/23/numero-de-medidas-protetivas-concedidas-a-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-cresce-em-sp-veja-como-obter-a-decisao-judicial.ghtml>
- <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/04/12/delegacia-de-defesa-da-mulher-online-de-sp-registrou-mais-de-60-mil-bos-de-vitimas-de-violencia-domestica-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>
- <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=68698&pagina=1>
- <http://jornalismojunior.com.br/majorias-inviabilizadas-em-sao-paulo/>



Emprego, renda e dignidade para quem trabalha

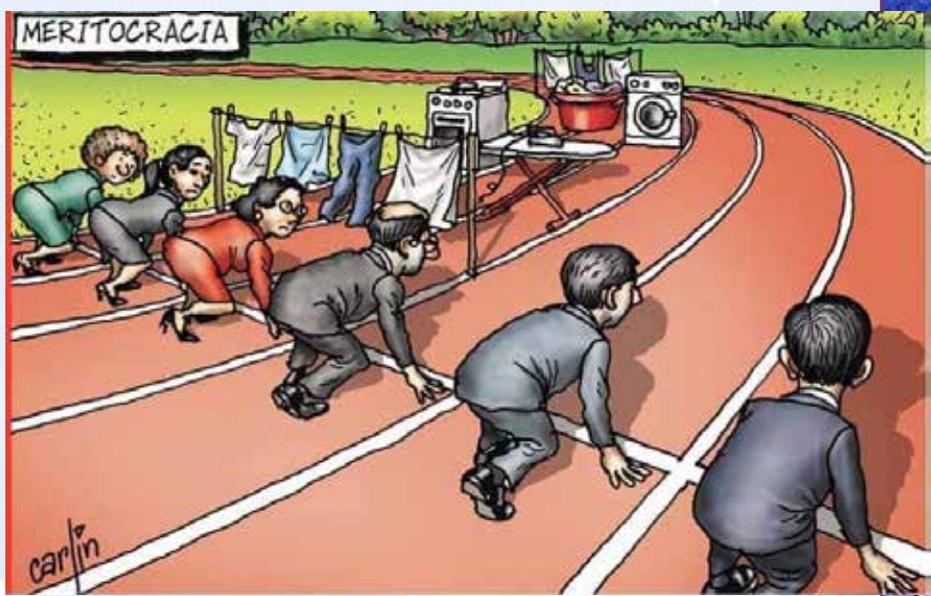
O acesso ao mercado de trabalho foi uma grande conquista para as mulheres diante de tantas restrições sociais impostas pelo patriarcado. No entanto, em pleno 2022 elas ainda não superaram os diversos obstáculos que as impedem de se estabelecerem profissionalmente e economicamente. Para transpormos esses obstáculos é necessário falar sobre divisão sexual do trabalho nos espaços públicos e privados.

Há anos as mulheres vêm lutando contra a desigualdade de gênero no Brasil e no mundo, principalmente em relação ao trabalho, enfrentando a disparidade salarial em funções iguais, desempenhando duplas e até triplas jornadas de trabalho e sofrendo assédio moral e sexual no local de trabalho.

De acordo com IBGE, em 2021 a taxa de participação das mulheres com 15 anos de idade ou mais no mercado de trabalho foi de 51,56%, enquanto entre os homens chegou a 71,64%, expressando a enorme diferença entre gêneros.

Pesquisadores da FGV analisaram o impacto que causa o nascimento de um filho na presença de mulheres e homens no mercado de trabalho. Constatou-se que 71% dos homens em idade ativa e sem filhos estão empregados, enquanto as mulheres são 47%. Quando nasce um filho, apenas 38% das mães ficam empregadas, enquanto os pais continuam sendo 71%. Resumindo, mulheres perdem trabalho após terem filhos.

Embora tenha havido ampliação das políticas sociais nos últimos 20 anos, fomentando a melhora nos indicadores em relação à educação, isto não é suficiente para reduzir desigualdade entre os gêneros no mundo do trabalho e nos espaços de tomada de decisão. Mesmo com mais escolaridade, elas ainda convivem com diferença salarial média de 20,5% (Pnad 2021) a menos que os homens, e essa diferença se eleva ainda mais no caso das mulheres negras.





O trabalho doméstico, mais precarizado e mal remunerado que em outros setores, é tipicamente feminino e negro, e as mulheres representam 93%, sendo que 61% são negras.

O advento da pandemia da Covid-19 evidenciou essa larga desigualdade de gênero no mercado de trabalho. As mulheres foram as primeiras a perderem seus empregos e as últimas a serem recolocadas, porém a recolocação ocorre nos postos mais precários e com menores salários. Os direitos das mulheres são questionados ou eliminados a cada crise que surge, seja ela política, econômica, social ou sanitária, como vimos nos últimos cinco anos no Brasil.

E, nos momentos de crise mais aguda, o neoliberalismo impõe “milagrosas” reformas que facilitam a acumulação capitalista e eliminam os poucos direitos que restam aos trabalhadores, vide a nefasta reforma trabalhista de 2017, que precisa ser revogada, pelo bem do país e da população que trabalha e constrói as riquezas.

Enquanto não se altera o sistema econômico vigente, para enfrentarmos os problemas que recaem fortemente sobre as mulheres, é necessário que os governos federal, estaduais e municipais nos tratem com prioridade nos programas e outras iniciativas, com objetivo de diminuir a desigualdade.

PODER DE COMPRA MENOR

PISO MAIS BAIXO

Bolsonaro será 1º presidente desde o Real a deixar salário mínimo valendo menos

CAUSA ALBERAZZI SAIBENREFFO
www.alberazzi.com.br

Jair Bolsonaro em seu primeiro ano de mandato (setembro de 2019) cortou o piso salarial mínimo de R\$ 412,00 para R\$ 390,00, uma redução de 5,3%. Em março de 2020, a inflação chegou a 2,3%, elevando o custo de vida e reduzindo o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2021, a inflação chegou a 10,1%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2022, a inflação chegou a 11,6%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2023, a inflação chegou a 12,9%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2024, a inflação chegou a 14,8%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2025, a inflação chegou a 16,5%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2026, a inflação chegou a 18,2%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2027, a inflação chegou a 19,9%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2028, a inflação chegou a 21,6%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2029, a inflação chegou a 23,3%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2030, a inflação chegou a 25,0%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2031, a inflação chegou a 26,7%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2032, a inflação chegou a 28,4%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2033, a inflação chegou a 30,1%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2034, a inflação chegou a 31,8%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2035, a inflação chegou a 33,5%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2036, a inflação chegou a 35,2%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2037, a inflação chegou a 36,9%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2038, a inflação chegou a 38,6%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2039, a inflação chegou a 40,3%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2040, a inflação chegou a 42,0%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2041, a inflação chegou a 43,7%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2042, a inflação chegou a 45,4%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2043, a inflação chegou a 47,1%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2044, a inflação chegou a 48,8%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2045, a inflação chegou a 50,5%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2046, a inflação chegou a 52,2%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2047, a inflação chegou a 53,9%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2048, a inflação chegou a 55,6%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2049, a inflação chegou a 57,3%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos. Em março de 2050, a inflação chegou a 59,0%, reduzindo ainda mais o poder de compra dos salários mínimos.

INFLAÇÃO MAIS ALTA
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou que a inflação acumulada em março de 2022 chegou a 11,6%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 10,1% em relação a março de 2021. Em março de 2023, a inflação acumulada chegou a 21,6%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 19,9% em relação a março de 2021. Em março de 2024, a inflação acumulada chegou a 31,6%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 29,9% em relação a março de 2021. Em março de 2025, a inflação acumulada chegou a 41,7%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 39,9% em relação a março de 2021. Em março de 2026, a inflação acumulada chegou a 51,8%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 49,9% em relação a março de 2021. Em março de 2027, a inflação acumulada chegou a 61,9%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 59,9% em relação a março de 2021. Em março de 2028, a inflação acumulada chegou a 72,0%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 69,9% em relação a março de 2021. Em março de 2029, a inflação acumulada chegou a 82,1%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 79,9% em relação a março de 2021. Em março de 2030, a inflação acumulada chegou a 92,2%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 89,9% em relação a março de 2021. Em março de 2031, a inflação acumulada chegou a 102,3%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2032, a inflação acumulada chegou a 112,4%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2033, a inflação acumulada chegou a 122,5%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2034, a inflação acumulada chegou a 132,6%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2035, a inflação acumulada chegou a 142,7%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2036, a inflação acumulada chegou a 152,8%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2037, a inflação acumulada chegou a 162,9%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2038, a inflação acumulada chegou a 173,0%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2039, a inflação acumulada chegou a 183,1%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2040, a inflação acumulada chegou a 193,2%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2041, a inflação acumulada chegou a 203,3%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2042, a inflação acumulada chegou a 213,4%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2043, a inflação acumulada chegou a 223,5%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2044, a inflação acumulada chegou a 233,6%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2045, a inflação acumulada chegou a 243,7%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2046, a inflação acumulada chegou a 253,8%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2047, a inflação acumulada chegou a 263,9%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2048, a inflação acumulada chegou a 274,0%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2049, a inflação acumulada chegou a 284,1%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021. Em março de 2050, a inflação acumulada chegou a 294,2%, reduzindo o poder de compra dos salários mínimos em 99,9% em relação a março de 2021.

“
As políticas econômicas e sociais precisam ter sinergia entre si e propiciar alinhamento entre trabalho e vida pessoal de mães e pais.



propostas

1. Plano emergencial para gerar emprego e renda, diminuir a pobreza e movimentar a economia do estado.
2. Programa de renda básica para quem está sem emprego, priorizando as mulheres chefes de família.
3. Conjunto de medidas que prevejam microcrédito para mulheres empreenderem seu próprio negócio; incentivo a cooperativas de trabalho de mulheres; auxílio às micro e pequenas empresas; linhas de crédito para programas de incubação de empreendimentos da economia solidária.
4. Geração de trabalho decente com salário igual para funções iguais; e redução da disparidade salarial entre homens e mulheres (esta é uma das metas da agenda 2030 da ONU).
5. Fortalecimento de mecanismos de proteção social ao longo da vida.
6. Redução e redistribuição do trabalho doméstico e investimento em serviços sociais com foco nas mulheres (lavanderias coletivas, restaurantes comunitários e creches públicas).
7. Participação igual de mulheres em cursos de especialização e reconhecimento de sua qualificação.
8. Abono de dias para levar filhos ao médico.
9. Respeito às necessidades fisiológicas das mulheres; que se cumpra a Lei Federal 14.214/2021, que criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual para meninas e mulheres pobres; e reforço a todas as iniciativas de distribuição de cestas de absorventes e outros itens básicos de higiene.
10. Ampliação da licença-paternidade ou parental (pai e mãe decidem quem ficará com o filho e por qual período cada um).
11. Criação de selo “Empresa Amiga das Mulheres”, concedendo incentivos fiscais às empresas que adotarem políticas para a equidade de gênero.
12. Retorno da gratuidade para pessoas de 60 a 64 anos no transporte coletivo da Capital e Grande São Paulo.
13. Passe livre nos transportes públicos para trabalhadores desempregados à procura de emprego (as mulheres são boa parte das pessoas que precisam se deslocar).
14. Retomada da política de valorização do salário-mínimo, para que os trabalhadores tenham aumento real acima da inflação.
15. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

REFERÊNCIAS:

<https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-1o-trimestre-de-2021/>

<https://portal.fgv.br/think-tank/mulheres-perdem-trabalho-apos-terem-filhos>

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/03/mulheres-sofreram-mais-os-efeitos-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho-principalmente-as-negras/>

Saúde pública e gratuita para toda a população

A grave crise sanitária em curso revelou, para a maioria da população, a importância do SUS e a necessidade de fortalecer o sistema público de saúde, que sofre subfinanciamento crônico, agravado nos últimos anos pelo teto de gastos sociais imposto pela Emenda Constitucional (EC) 95, que restringe investimentos nas áreas sociais.

O Sistema Único de Saúde nasceu da luta democrática e popular por direito à saúde, e vem ao longo de seus 32 anos mostrando sua importância e fazendo a diferença na vida da população, já que sete em cada dez brasileiros dependem exclusivamente do SUS. O SUS se destina à população inteira, não apenas à parcela mais vulnerável, e sua cobertura é ampla, por meio dos princípios gerais de universalização, integralidade e equidade.

O Brasil poderia ter enfrentado melhor a pandemia e tido menos vítimas se houvesse coordenação nacional integrada com estados e municípios. A crise do vírus escancarou as desigualdades sociais e as insuficiências do SUS, ao mesmo tempo que a maioria da população passou a valorizar mais o sistema público.

Durante a pandemia, ocorreram mortes de gestantes por Covid e muitas falhas no atendimento integral à saúde da mulher, diminuindo o acesso a exames preventivos de câncer de mama e de útero, que possibilitam o diagnóstico precoce. O Brasil foi campeão em mortalidade materna no mundo em 2021, com 77% mais mortes que em 2019, conforme estudo publicado na The Lancet Americas.

O Estado de São Paulo representa 3% do território nacional, 21% da população e 31,5% do PIB. O IDH é 0,819 enquanto o do Brasil é 0,761, no entanto as desigualdades regionais também estão presentes na cidade de SP (em Moema o IDH é 0,934 e no Jardim Marsilac é 0,607). A mortalidade infantil na Baixada Santista era 14,3 por mil nascidos vivos e em São José do Rio Preto 8,6 por mil nascidos vivos (dados de 2019).



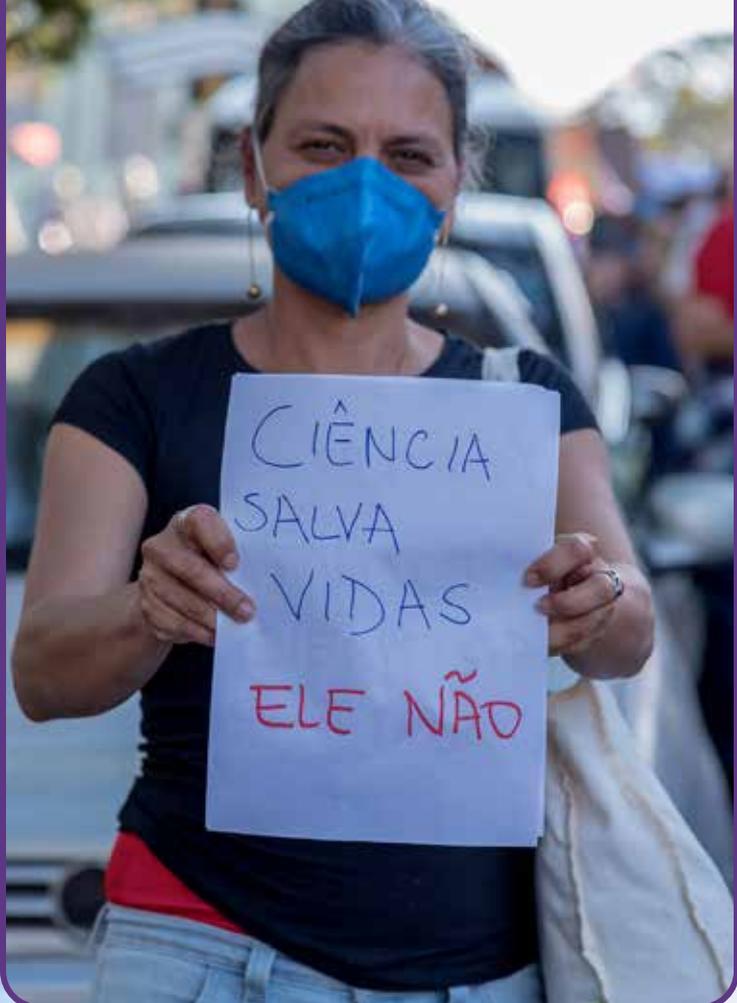


As consultas de pré-natal no estado passaram de 54,1% para 80,2% das gestantes. A mortalidade materna em 2020 foi de 55,37 por cem mil nascidos vivos (NV), mas a meta era de 46 por cem mil NV. Excluindo-se as mortes por Covid, os dados são de 44,9 por cem mil NV. E o índice é maior entre as mulheres negras.

O estado, com 45 milhões de habitantes, vive uma transição demográfica – com baixas taxas de natalidade e envelhecimento da população. Isso ocorre de forma desigual nas regiões; as mais pobres têm percentual maior de crianças. São Paulo também enfrenta o que os epidemiologistas chamam de tripla carga de doenças: agenda não concluída de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; o desafio das doenças crônicas; e os agravos relacionados a causas externas, como violência e acidentes, entre outros.

O estado de São Paulo possui a maior capacidade instalada vinculada ao SUS, com 4,4 mil Unidades Básicas de Saúde, 554 Hospitais, 1.600 Ambulatórios de Especialidades, 347 PS e 496 Centros de Atenção Psicossociais (dados de 2018). Grande parte dessa rede está hoje sob gestão das chamadas Organizações Sociais que dirigem cerca de 60 mil profissionais de saúde. Na administração direta são cerca de 40 mil trabalhadores e nas universidades 55 mil. Ao pensar propostas para melhorar a saúde, temos de combater a fragmentação e procurar intervir de forma coordenada em todos os níveis de atenção à saúde – da prevenção à reabilitação.

Experiências como mutirões, para resolver fila de exames, se mostram ineficientes. Os milhões gastos na contratação de serviços levam a desperdícios de recursos, porque as demandas se deslocam para a fila de cirurgias e internações, onde se congelam por anos de espera. Com a demora no acesso a esses serviços, os diagnósticos perdem a validade, evidenciando que essas ações devem ser articuladas e vinculadas, e assim utilizar o valioso orçamento de forma responsável.



Medidas emergenciais, como hospitais de campanha, são válidas para crises sanitárias, como a pandemia da Covid-19, mas insuficientes para promover saúde e garantir a vida. Para isso é fundamental fortalecer a promoção, prevenção e atenção em saúde, na concepção da integralidade e intersetorialidade. Reconhecer os determinantes sociais e estabelecer estratégias adequadas e articuladas que reorganizem a rede de atenção considerando a realidade do território.

Antes de tudo é preciso que a rede de serviços já instalada tenha funcionamento adequado. Ou seja: certificar-se de que os profissionais de saúde existentes são suficientes, assim como os equipamentos, insumos e medicamentos; caracterizar e integrar os diversos serviços; fortalecer a Atenção Básica como elo integrador e coordenador de toda rede de atenção à saúde; melhorar o atendimento de urgência e emergência, da rede hospitalar e de especialidades; e respeitar as características e as necessidades locais, porque uma região pode ser diferente da outra.

O SUS é uma política pública constitucional e nacional, exige esforço concertado das três esferas de governo para superar insuficiências que ainda persistem. O novo olhar do sistema de saúde deve ser a promoção, a prevenção, a educação, a atenção primária e o estímulo ao autocuidado orientado cientificamente – como elemento racionalizador da atenção à saúde, e mesmo como elemento de autonomia do cidadão frente aos profissionais de saúde.



1. Ampliar a cobertura da Atenção Básica criando o terceiro turno de atendimento, com a contratação de mais profissionais de saúde nas UBSs já existentes.
2. Ampliar as equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e sua cobertura de 100% nas áreas de alta vulnerabilidade social, considerando as Regionais de saúde e os dados populacionais e epidemiológicos.
3. Ampliar os ambulatórios de especialidades, garantindo no mínimo um equipamento por distrito de saúde, diminuindo o tempo de espera, descentralizando os serviços existentes, facilitando o acesso e consequente diminuição do absenteísmo dessas consultas.
4. Adequar os leitos hospitalares, inclusive de UTIs, às necessidades de cada região do estado.
5. Fazer concurso público para profissionais de saúde, a partir de levantamento da necessidade de recursos humanos e criação de carreira no SUS.
6. Fortalecer a participação social, com apoio e infraestrutura para o Conselho Estadual de Saúde.
7. Implementar a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, priorizando: a) garantia de que todas as gestantes façam as sete consultas de pré-natal, com atenção especial para as mulheres negras; b) garantir a referência da maternidade para as gestantes, durante o pré-natal; c) garantir que no puerpério a mãe siga na UBS, assim como assegurar o atendimento ao recém-nascido.
8. Cumprir a lei que assegura à mulher parturiente o direito a acompanhante durante o trabalho de parto, no parto e no pós-parto imediato.
9. Ampliar acesso a exames preventivos de câncer de mama e de colo do útero, com garantia do tratamento em tempo adequado.
10. Assegurar o direito à reconstrução da mama na mesma cirurgia em que ocorreu a retirada do tumor cancerígeno (Lei 12.802/2013).
11. Garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos desde a atuação da Atenção Básica.
12. Garantir atendimento aos casos de aborto previstos em lei.
13. Implementar programa de prevenção da gravidez na adolescência.
14. Implementar ações para combater a violência obstétrica.
15. Ampliar as equipes do programa de acompanhante ao idoso e a quantidade de instituições de longa permanência para acolhimento digno aos que não possuem vínculos familiares.
16. Estimular a população a doar sangue.

#DefendaOSUS #VivaAciencia #VacinasSalvamVidas

REFERÊNCIA:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/05/22/mortalidade-materna-salta-77-em-2-anos-pais-retrocede-a-taxa-de-anos-1990.htm>

Educação para garantir desenvolvimento humano



A educação constitui um dos pilares de desenvolvimento de uma nação. É por meio da educação que nos constituímos um povo uno e ao mesmo tempo diverso e plural, capaz de mudar a realidade em que vivemos e mudar a nós mesmos. A educação escolar é o instrumento do Estado que assegura que todos os cidadãos e cidadãs acessem uma formação que os prepare para viver em sociedade de maneira consciente, crítica e emancipadora. Desse modo, pensar em projetos educacionais para um

estado como São Paulo nos desafia a pensar a identidade cultural, científica, tecnológica e econômica dos que aqui vivem.

Ao reafirmar nossa defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, reconhecemos que os desafios que a educação enfrenta em âmbito nacional se replicam aqui no estado. O dismantelamento do Estado Nacional, com intensos ataques ao orçamento de áreas que atingem diretamente a formação do nosso povo, como educação, ciência e tecnologia, cultura e esporte, entre outras, ataca também as redes estaduais e contribui para a consolidação de um projeto obscurantista que nega qualquer possibilidade de uma vida digna para a classe trabalhadora.



Foto: Jonathan Sales (@jonathan_ujs)



A política posta pelo MEC, favorecedora de pastores e amigos do presidente da República, inviabiliza a concretude do Plano Nacional de Educação e a aplicação do Fundeb, camufla a real intenção tecnicista por trás da Reforma do Ensino Médio e ridiculariza a produção científica e tecnológica feita em nossas universidades, verdadeiras responsáveis pela redução dos impactos sanitários provocados pela pandemia da Covid-19.

Mesmo sendo o estado brasileiro com maior poder econômico, possuir a maior rede de educação básica e sediar cinco das dez principais universidades do país, São Paulo enfrenta desafios significativos quanto à democratização e o fortalecimento de sua rede educacional.

A rede estadual abarca, segundo dados da Secretaria de Educação (2019), uma população de 3,5 milhões de pessoas. São 5,4 mil escolas que acolhem 2 milhões de pessoas no ensino fundamental e 1,5 milhão no ensino médio, sendo mais de 250 mil professoras e professores e cerca de 65 mil funcionários.

No ensino superior os números indicam mais de 1,6 milhão de matrículas em cursos universitários presenciais, públicos e privados, no estado. Esses altos índices de matrícula não refletem os dados de concluintes, evidenciando alta evasão de estudantes nos níveis básico e superior.

propostas

A. Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social

1. Ampliar a participação da comunidade escolar em espaços consultivos e deliberativos, garantindo a representatividade de gênero tanto para o corpo docente, quanto para os outros trabalhadores da educação e os estudantes.
2. Fortalecer os conselhos e fóruns locais de gestão e controle social das escolas e instrumentos regionalizados, como observatórios educacionais, que debatam as políticas educacionais e seus parâmetros.
3. Incentivar a organização de grêmios estudantis.
4. Criar o Prouni São Paulo (para ampliar o acesso ao ensino superior).
5. Criar o projeto Bom Prato Estudantil.
6. Garantir qualidade nutricional e amplo alcance do programa de merenda para todos os alunos da rede pública.
7. Instituir comissões de acompanhamento da implementação do Novo Ensino Médio, com a presença de estudantes e representatividade de gênero.

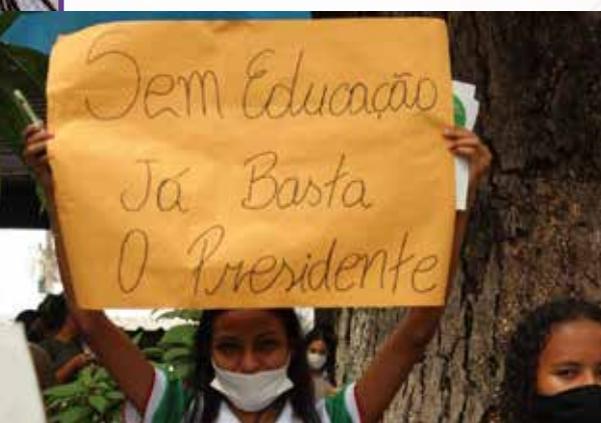
B. Valorização dos profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde

1. Unificar a carreira docente estadual, acabando com a sopa de letrinha, combatendo assédio nos locais de trabalho e fortalecendo a carreira como um todo.
2. Fazer concurso público para todos os cargos, renovar o plano estadual das carreiras e adotar política séria de ocupação dos cargos gerais da educação paulista.
3. Pagar o piso nacional, salários dignos e condições melhores para o trabalho docente.
4. Estabelecer um sistema de formação geral que respeite as regionalidades e potencialidades dos servidores da Educação; por uma Escola de Formação de Professores (Efap) democrática e plural.
5. Fortalecer o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe); ampliar e melhorar o atendimento, com destinação de mais verbas e postos regionalizados.

C. Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos

1. Lutar pela prorrogação da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) nas universidades e pela aprovação de projeto em trâmite na Câmara Federal que torna permanente essa lei (programa especial para acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas).
2. Garantir creches e ensino fundamental públicos e em tempo integral: zerar a fila por vagas na educação infantil para crianças até 5 anos e ampliar o horário de funcionamento dos CEIs (ou equivalentes); construir novas creches nas regiões onde faltam vagas; propiciar que todas as gestantes que fizerem o pré-natal na rede pública tenham garantia de vaga em creche.
3. Desenvolver nas escolas públicas o projeto Maria da Penha Vai à Escola Educar, para prevenir e coibir violências contra as mulheres.
4. Implementar programas de alfabetização de mulheres com incentivos para a continuação dos estudos até a universidade.
5. Ampliar a conectividade e combater a exclusão digital, com investimento em tecnologia, banda larga e equipamentos eletrônicos; e adoção de plano de internet, computador e chip gratuitos para todos os alunos e professores da rede pública de ensino.
6. Apoiar projetos que estimulem educação e divulgação científica dentro da escola e nas comunidades da periferia, incentivando a experiência científica em todas as idades e para todos os gêneros.
7. Propiciar formação continuada para os profissionais da educação sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+ (uso do nome social, utilização de banheiros, etc.); implementar currículo que contemple a diversidade (gênero, etnia, raça, idade, religião, orientação sexual, linguística, geográfica, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e outras) na rede de ensino; e estimular o respeito aos direitos humanos.
8. Viabilizar ações contínuas, no ambiente escolar, de combate ao machismo, ao racismo e à homofobia.
9. Assegurar acessibilidade nas escolas.
10. Adotar programas de saúde integral de alunos, educadores e servidores da educação, especialmente programas de atenção à saúde mental dos estudantes, para identificar e tratar ansiedade, angústia, medo, tristeza, depressão e estresse.

#EducaçãoNãoÉMercadoria



REFERÊNCIAS:

<https://defendoascotas.org.br/manifesto/>

<https://www.educacao.sp.gov.br/servicos-professores#:~:text=A%20rede%20estadual%20de%20ensino,centrais%20da%20Secretaria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>

<https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/358071918/lei-13306-2016-altera-o-eca-e-preve-que-a-educacao-infantil-vai-de-0-a-5-anos>

Investir no combate à desigualdade de gênero na cultura

A desigualdade de gênero na cultura expressa-se em três polos que se articulam: 1) acesso aos meios de fruição cultural; 2) acesso aos meios e formas de produzir e distribuir cultura; e 3) assédio e violência.

Pesquisa do Ibope (2018), sobre hábitos culturais na cidade de São Paulo, mostra que, dos 28% de paulistanos que não frequentaram nenhuma atividade cultural naquele ano, mais da metade era composta de pessoas pretas e pardas, com baixa escolaridade e renda, moradoras da Zona Leste. Deste contingente, as mulheres eram a grande maioria.

Em 2019, o Ibope fez pesquisa sobre os equipamentos de cultura do município de São Paulo, e constatou que os bairros ricos concentram a esmagadora maioria dos equipamentos, enquanto bairros como Cidade Ademar, Marsilac, Ponte Rasa, Vila Matilde e Vila Medeiros, de forte concentração de trabalhadores e trabalhadoras, não possuem nenhum equipamento.

Já no que respeita aos meios de produção e difusão, estudos demonstram que a maioria das artistas, realizadoras e intelectuais mulheres padecem de “invisibilidade”, que tem por raiz a discriminação de gênero quanto ao acesso a recursos e espaços.



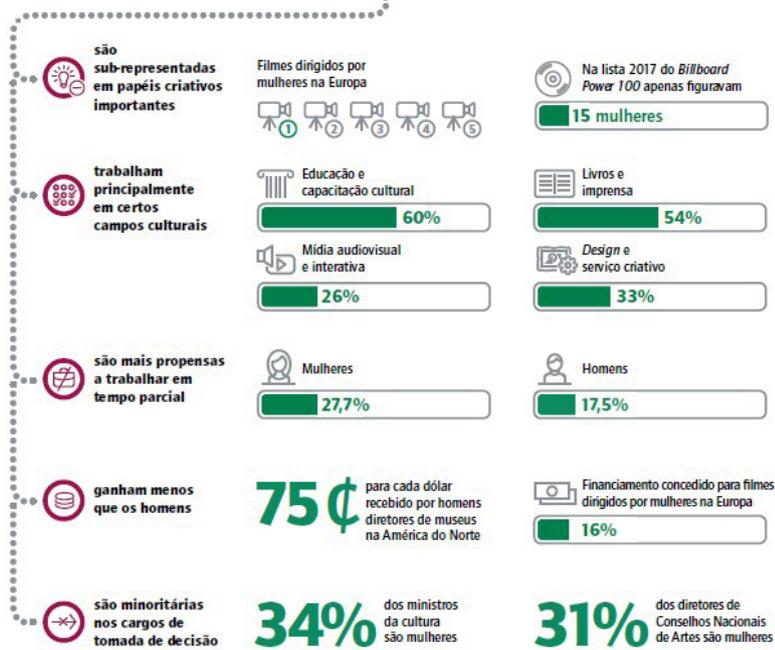
A pesquisadora Ana Paula Simione, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), ao mapear a coleção do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da USP, aferiu que a coleção Freitas Vale da instituição tem sete mulheres entre 113 nomes de artistas (6,19%) do período Modernista. Ela comparou as coleções do MAC às de outros espaços museais e de exposição, e descobriu que a Pinacoteca tem 321 mulheres entre 1.588 nomes (20% da coleção), enquanto o Museu de Inhotim possui 22 mulheres entre os 99 artistas (22,22%), e a coleção Mário de Andrade, 22 mulheres entre 135 nomes (17%).

A artista e gestora cultural Beth Ponte, em artigo publicado em março de 2021, aponta que, “no Brasil, a desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior

A DESIGUALDADE DE GÊNERO PERSISTE NO SETOR CULTURAL



As mulheres



EMBORA ESTÃO SENDO REGISTRADOS PROGRESSOS, MAIS AÇÕES SÃO NECESSÁRIAS PARA:



Integrar uma perspectiva de gênero em todas as políticas e medidas culturais



Aumentar a disponibilidade e a qualidade dos dados desagregados por sexo



Garantir acesso igual ao financiamento e a oferta de oportunidades



Apoiar as mulheres como criadoras e produtoras de expressões culturais contemporâneas

no setor cultural do que no total de atividades. As mulheres da cultura ganham em média apenas 67,8% dos salários dos homens, contra 82,8% na totalidade de outros setores.”

Outra dimensão da desigualdade de gênero nas atividades culturais fica demonstrada no preponderante caráter informal e sazonal do setor: para as mulheres, é mais difícil conseguir contratos, ou mesmo ocupações sem proteção contratual, nas temporadas artísticas, exposições e eventos. A divisão desigual de tarefas domésticas e familiares pesa na hora de conseguir trabalho na cultura.

Há desigualdade também quanto aos postos de comando no fazer e na gestão cultural. Segundo a articulista Beth Ponte, “estereótipos de gênero em relação a liderança ajudam a explicar, por exemplo, por que mesmo depois de tantos avanços, temos ainda tão poucas diretoras de cinema, diretoras de criação ou condutoras de orquestra”.

No audiovisual, cadeia das mais dinâmicas e ricas da cultura, a desigualdade nos postos de comando é expressiva: em 2014, escassos 13,7% dos filmes produzidos no Brasil foram dirigidos por mulheres, e menos de 1%, por mulheres negras (Grupo Gemaa, 2014). Em 2018, a situação melhorou em seis pontos: 20% dos filmes foram comandados por realizadoras. Dado contrastante: as mulheres responderam no mesmo ano por 41% das posições de produção-executiva (Ancine, 2018) – algo parecido, guardadas as proporções, com secretariar mesas de reuniões, ao invés de dirigi-las.

Assédio sexual, moral e violência psicológica marcam também a condição da mulher no mundo da cultura. Em 2017, atrizes estadunidenses encorparam o Movimento Me Too, contra assédio e violência impingidos às mulheres de diferentes setores profissionais. Esse movimento ganhou lastro no Brasil, mobilizando um grande número de atrizes, atletas, cientistas, escritoras, cantoras, celebridades, entre tantos segmentos femininos.

Atores, produtores, diretores, financiadores – dos mais destacados entre eles – foram expostos, questionados, pressionados e recolhidos ao ostracismo. Vários perderam suas posições no mundo dos “negócios culturais”, porque atrizes passaram a relatar como foram constrangidas a se expor nuas diante de câmeras, estúdios ou sets de filmagem cheios, assim como modelos denunciaram a exigência de favores sexuais para que contratos fossem assinados. Jovens atletas olímpicas apontaram seus abusadores na infância e na adolescência – treinadores e técnicos de equipes e seleções.



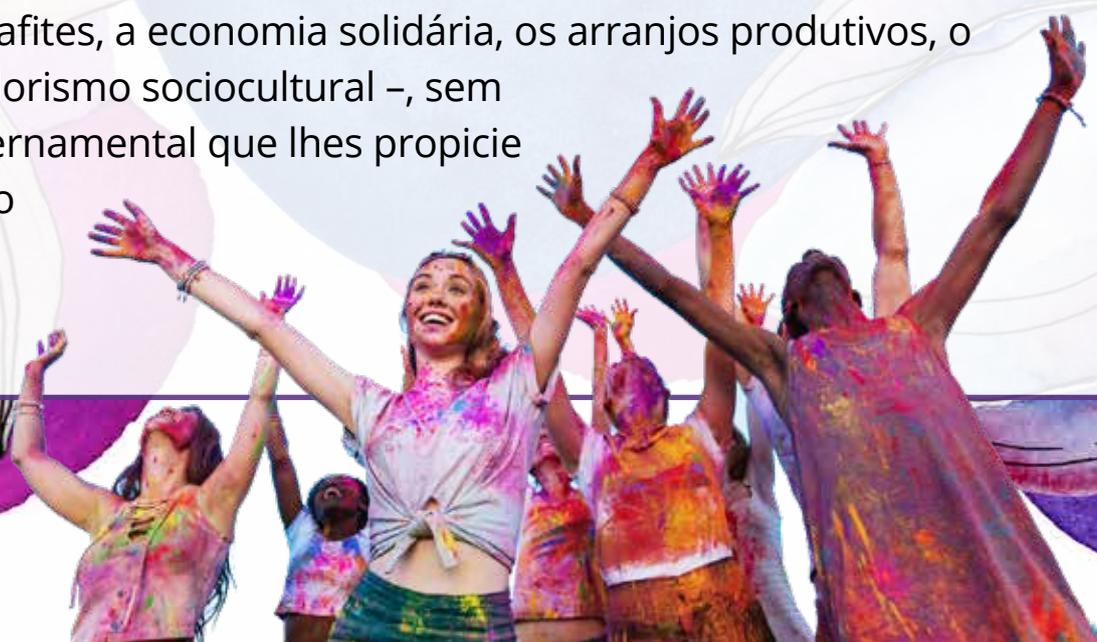
Pesquisadoras delataram abusos e assédios, sexuais e morais, nos laboratórios e trabalhos de campo. Não há dados específicos sobre o Estado de São Paulo. Considerando, todavia, o peso paulista na cena cultural do Brasil e do mundo, e a dinâmica de suas cadeias econômicas da cultura, articuladas que são com as cadeias correlatas internacionais, não seria exagero concluir que a condição da mulher na cultura paulista é a mesma.

São Paulo está há três décadas sob governos neoliberais. Por esta razão, o modelo de gestão atual da Cultura aposta fortemente na linha privatista dos anos FHC.

Daí, por um lado, desde 1995, a gestão dos espaços e equipamentos culturais do estado estarem sob responsabilidade de Organizações Sociais que exploram privadamente o bem público, cobrando pelo acesso e recebendo recursos do orçamento, e, de outro, a linha de financiamento da cultura ser o incentivo fiscal, mecanismo prioritário de política cultural do governo do estado – privatização disfarçada da gestão, por meio da qual o poder público se desresponsabiliza deste setor estratégico para a soberania popular, o desenvolvimento econômico e social e a democracia.

Essa concepção neoliberal de gestão da cultura evidencia-se no orçamento para o setor, que corresponde a míseros 0,4% dos quase R\$ 286,8 bilhões previstos para o ano de 2022 – o que está em desacordo com o peso da cultura no PIB de São Paulo: 3,9%. O dinheiro se dispersa numa profusão de linhas que formam um todo coerente apenas com as necessidades do mercado, não com as do sistema estadual de cultura, que envolve realizadores, fruidores, municípios e empresas culturais.

A multiculturalidade e a economia criativa vicejam nas periferias das grandes cidades e no interior do estado, com milhões de pessoas, destacando-se as mulheres, que produzem e consomem cultura potente em suas distintas vertentes – a música, poesia, dança, cordel, capoeira, artesanato, teatro, malabares, os saraus, grafites, a economia solidária, os arranjos produtivos, o empreendedorismo sociocultural –, sem amparo governamental que lhes propicie disseminação em maior escala.





A. Combate às desigualdades de gênero

1. Criar linhas especiais de financiamento para a arte, atividades, iniciativas e empresas culturais criadas ou geridas por mulheres.
2. Criar linhas de incentivo a empresas ou empreendimentos culturais que empreguem mulheres e garantam sua presença em postos criativos ou de comando.
3. Criar programas de formação profissional em cultura e arte para mulheres e de ampliação da presença feminina em cursos técnicos e superiores (graduação e pós-graduação) de diferentes linguagens artísticas, de gestão cultural, de áreas afins ou relacionados à cultura, seja por meio de bolsas, reserva de vagas ou outro mecanismo.
4. Criar o programa Cultura sem Assédio, composto de legislação, campanhas, canais de denúncia e medidas de sanção a assediadores; equipamentos e equipes de acolhimento e apoio; parcerias com sindicatos do setor cultural, o Judiciário e a segurança pública.
5. Criar o programa Mulher Vale Cultura, a exemplo do Vale-Cultura nacional, de acesso da mulher trabalhadora e de baixa renda a espetáculos, espaços de cultura e arte, leitura, cinema, escolas de arte, etc.
6. Incentivar linhas de pesquisa e de extensão universitárias sobre a contribuição de mulheres nas artes, nas ciências, na história nacional, nas profissões e outros domínios da cultura e da vida brasileira.
7. Introduzir na educação básica conteúdos relativos ao papel da mulher na história nacional e na sociedade contemporânea, à origem das desigualdades e à necessidade de igualdade de direitos entre os gêneros, e ao combate a todo tipo de discriminação e violência contra a mulher.
8. Criar Câmara Setorial de Cultura para Mulheres, como instrumento de formulação, promoção e acompanhamento de políticas culturais para mulheres do estado.

B. Ampliação do acesso e apoio à cultura

1. Implantar equipamentos de cultura, especialmente bibliotecas e salas de cinema, em cidades do interior e regiões metropolitanas onde não existam, e ampliar seu número nas regiões menos favorecidas do estado.
2. Ampliar a quantidade de centros culturais e/ou polos de cultura e de inclusão digital em comunidades periféricas.
3. Aumentar o orçamento da cultura para ao menos 2% do orçamento total do estado.
4. Implantar gestão pública democrática da cultura – de seus fundos, suas políticas e sua rede de equipamentos.
5. Renovar e fazer funcionar o Conselho Estadual de Cultura.
6. Convocar Conferência Estadual de Cultura, para atualizar o Plano Estadual de Cultura.
7. Formar Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa.
8. Estimular saraus, grupos de leitura, festivais, feiras, rodas de samba, rodas de capoeira, cineclubes, hip hop, teatro popular, bloquinhos de rua e a cultura nerd, geek e pop, entre outras manifestações que engrandecem a cultura, incentivam a vida comunitária e incrementam a economia.

Políticas públicas específicas para as mulheres jovens

O Brasil vive o chamado bônus demográfico e, por causa disso, é lar de quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, ou seja, um quarto da população total do país são jovens, sendo que as mulheres somam 24,5 milhões nessa faixa etária. Desses jovens, 61% são negros, 38% são brancos, 0,5% amarelos e 0,4% indígenas (Pnad, 2021).

O Estado de São Paulo tem população total de 45,1 milhões de pessoas (Seade, 2022). O total de mulheres é de 23,1 milhões e, entre elas, as jovens de 15 a 29 anos somam 4,7 milhões, ou 10,53% do total da população paulista.

É constante a violação dos direitos das jovens, que estão mais expostas a uma série de vulnerabilidades sociais. Com a pandemia, a situação se agravou: jovens ficaram sem oportunidades de trabalho e aumentou a evasão escolar. Em 2020, uma a cada três meninas estava sem trabalhar ou sem estudar. Ambiente propício para a chamada “uberização”, em que a exploração da mão de obra torna o trabalho aviltante.

O trabalho por conta própria assumiu importante espaço no mundo laboral e, de cada dez novos postos de trabalho criados no país em 2020, sete foram por conta própria. Especialmente as jovens são as mais contratadas neste novo modelo de emprego: quase um terço das mulheres (29,6%) ocupadas no mercado de trabalho tinham em 2020 jornada parcial (Pnad, 2021) e idade até 35 anos.

Na educação, mais de 850 mil jovens deixaram o ensino superior, e, na faixa até 19 anos, 36,5% não concluíram o ensino médio. A conclusão do ensino médio é maior entre mulheres (15 a 29 anos), embora exista uma grave diferença entre classe e raça: a mulher branca tem taxa de conclusão de 81,6%, mas para a mulher negra o índice é de 67,6%. As mulheres jovens com filhos são grupos especialmente vulneráveis à interrupção dos estudos em decorrência da necessidade de exercer atividade remunerada.

Já no quesito saúde, entre as jovens vivenciando gravidez, problemas de saúde ou incapacidade, 76,98% ficaram fora do mercado de trabalho (2020). O aumento da gravidez indesejada disparou entre mulheres jovens de faixas mais pobres durante a pandemia. E a violência doméstica entre elas aumentou significativamente, em especial entre as garotas negras.



Foto: Paulo Sérgio Vieira (@paulosvifotos)



propostas

1. Garantir espaços de tomada de decisão para as jovens na formulação e aplicação das políticas públicas para a juventude.
2. Implementar incentivos específicos ao primeiro emprego para as jovens, de modo que elas possam conciliar trabalho com estudo e família.
3. Assegurar políticas de inclusão ao primeiro emprego que respeitem a integridade física e emocional e a formação das jovens.
4. Denunciar a Medida Provisória 1.116 de 2022 (chamada pelo governo de Programa Emprega + Mulheres e Jovens), que desregulamenta muitos direitos, ameaça 400 mil vagas de aprendizes, desrespeita a Lei da Aprendizagem e precariza o programa Jovem Aprendiz. A MP também discrimina jovens de baixa renda e abre espaço para livrar de multas as empresas infratoras.
5. Garantir a permanência das jovens mães no ensino médio.
6. Sistematizar e implementar o Plano Estadual de Juventude, com atenção para jovens negras e meninas moradoras de bairros periféricos.
7. Adotar políticas específicas para enfrentar a violência doméstica sofrida pelas meninas.
8. Estimular campanhas de conscientização nas escolas sobre assédio, abusos e todo tipo de violência sexual que as meninas sofrem em casa; e também para que as escolas cada vez mais se tornem espaço de acolhimento às crianças vítimas e de denúncia desses crimes.
9. Levantar dados que permitam análise concreta da realidade das jovens em São Paulo, em suas diferentes classes e distintos territórios, para formulação de planos e programas direcionados.
10. Criar espaços públicos de conectividade e tecnologia para a juventude.
11. Assegurar programas de cultura, esporte, lazer e recreação gratuitos e permanentes nos municípios e bairros.
12. Construir novos parques públicos, praças, ginásios, quadras, campos, pistas, rampas e ruas de lazer nas cidades, para disseminar a prática de atividade física, de modalidades esportivas tradicionais e também dos chamados esportes urbanos (skate, patins, ciclismo, slackline); reformar essas estruturas onde elas estejam degradadas.
13. Criar programas de cuidados com o meio ambiente tendo como pilar a participação dos jovens, de forma transversal, educativa e prática.
14. Incrementar programas de mobilidade urbana gratuita para todos os lugares das cidades e entorno.
15. Ampliar o acesso a métodos contraceptivos para adolescentes; e organizar campanhas informativas sobre sexualidade entre adolescentes, gravidez precoce e paternidade responsável.
16. Incentivar parcerias entre o poder público e a sociedade civil para potencializar o ativismo social da juventude em trabalhos voluntários.

REFERÊNCIAS:

- [https://www.cut.org.br/artigos/mp-1116-2022-privatiza-a-qualificacao-e-alivia-para-empregadores-que-desrespeita-f541#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20\(MP\)%20n%C2%BA,empregadores%20que%20desrespeitam%20a%20lei](https://www.cut.org.br/artigos/mp-1116-2022-privatiza-a-qualificacao-e-alivia-para-empregadores-que-desrespeita-f541#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%20(MP)%20n%C2%BA,empregadores%20que%20desrespeitam%20a%20lei)
- <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2022/sinteseEspecial09.html>
- <https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ATLAS-DAS-JUVENTUDES-2021-COMPLETO.pdf>
- <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?#t=resultados>



Falta de habitação tira o básico da dignidade humana

O Plano Estadual de Habitação de São Paulo 2011-2023 (PEH-SP), elaborado com base na Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade, identificou que o déficit habitacional era de 1,16 milhão de moradias, e que outras 3,19 milhões de residências estavam em “inadequação”. Somadas, as duas dimensões das necessidades habitacionais correspondiam a cerca de 30% de todo o parque domiciliar paulista, sendo que 77% do déficit estava em seis regiões metropolitanas do estado, sobretudo a região metropolitana da Capital.

Na Capital, a estimativa do déficit era de 369 mil domicílios à época da revisão do Plano Municipal de Habitação, determinada pelo Plano Diretor Estratégico de 2014. Desde então, a carência só aumentou, ao ponto de em 2019 a prefeitura ter calculado a demanda em 474 mil domicílios. Enquanto isso, a administração municipal entregou apenas 31 mil unidades habitacionais entre 2017 e 2021.

Em 2019, a fila era de 130 mil famílias aguardando entrega de moradias na Cohab Capital. E em 2020 a prefeitura gastou menos da metade da verba destinada ao programa de moradia, que inclui construção de unidades habitacionais, urbanização de favelas e regularização de imóveis.

A urbanista Raquel Rolnik lembrou recentemente que não existem mais programas habitacionais para a faixa de renda mais baixa da população, o Programa Casa Verde e Amarela não alcança esta faixa, a CDHU foi extinta em âmbito estadual e o estado e a prefeitura paulistana apostam em parcerias público-privadas para suprir a falta de habitação, “sabendo que este modelo de provisão também não alcança esta faixa de renda”.

Em resumo, um enorme contingente populacional de baixa ou nenhuma renda não tem onde morar ou reside na mais absoluta precariedade. Vale lembrar que a população com renda de até um salário mínimo compõe a parcela majoritária do déficit.

Em janeiro de 2005, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) divulgou o estudo “Pobreza e precariedade do habitat na América Latina”, no qual se constatou que, dos domicílios em bairros precários na



região, 76% tinham problemas de qualidade da construção e dos serviços básicos, como saneamento e iluminação. E a maioria desses domicílios é chefiada por mulheres.

Na Grande São Paulo, conforme dados da Seade (2020), as famílias chefiadas por mulheres são 39%, e elas têm rendimento aproximadamente 30% menor que as famílias comandadas por homens. Cerca de 1,1 milhão de pessoas vivem em famílias chefiadas por mulheres que recebem benefícios de programas sociais.

Nesse cenário, a população de rua na Capital aumentou 31% desde 2019, assim como aumentou em outros municípios. Ao mesmo tempo, uma pesquisa preliminar do Projeto Conflitos Fundiários Urbanos, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), identificou que os despejos aumentaram 12% no segundo ano da pandemia,



CartaCapital

DIVERSIDADE

“Eu moro na rua, mas ainda sonho”. A vulnerabilidade das pessoas trans que vivem nas ruas de SP

Projeto 'Existimos' expõe a realidade de uma das populações mais afetadas pela pandemia do coronavírus

POR ALEXANDRE PUTTI | 30.06.2020 15H24

na cidade de São Paulo, mesmo havendo lei – do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) – que proibiu, durante a pandemia, os despejos determinados por ações judiciais em virtude do não pagamento de aluguel (no âmbito estadual o governador vetou lei idêntica proposta pela deputada do partido Leci Brandão).

O problema poderá piorar caso se torne lei um projeto perverso aprovado no começo de junho pela Câmara dos Deputados, permitindo que bancos e instituições financeiras possam penhorar o único imóvel que a família tenha, em caso de não pagamento de uma única parcela de empréstimo. Ou seja, abre caminho para que a família endividada perca sua casa e, até, entre na situação de sem-teto.

Outro aspecto do problema é a quantidade de imóveis sem função social nas grandes cidades, em geral localizados nas regiões centrais, onde é maior a oferta de infraestrutura, de serviços e de empregos, o que deveria ensejar planos de habitação por parte dos governos locais. Mas, com raras exceções, não é o que se vê. E vale lembrar que o princípio da função social é estabelecido na Constituição federal. Ainda assim, as prefeituras têm pouca iniciativa para fazer valer essa solução, a despeito da gigantesca demanda por moradia popular.

Se as mulheres são a maioria da população, cuidam mais da casa, recebem salários mais baixos, chefiam boa parte das famílias – sendo mães solo na maior parte dos casos –, dependem de benefícios governamentais para o sustento dos filhos e, para além disso, não têm sequer um teto para morar, é desnecessário repetir que lhes são negados direitos elementares da dignidade humana.



propostas

A. Tratar as cidades e suas ações como políticas de Estado

1. Aplicar o Estatuto da Cidade e da Metrópole obrigando os municípios a cumprirem a legislação que os manda terem Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e planos auxiliares realizados de fato, não apenas para liberação de verba em proporcionalidade populacional, mas aprovados para a realidade das cidades, dos aglomerados urbanos e das regiões metropolitanas.
2. Adotar metas para suprir o déficit habitacional e, assim, desenvolver a economia e a industrialização paulistas, incentivando os centros tecnológicos estatais, institutos, universidades e parques tecnológicos públicos.
3. Aplicar a Lei Federal de Assistência Técnica para habitação de interesse social (Lei 11.888/2008), com fundo autônomo nos municípios e conselhos de habitação, após a garantia de vastas terras para habitação nos marcos legais do artigo 1º.

4. Assegurar que o governo estadual, por meio de seus órgãos de políticas urbanas e habitação, faça levantamento e destinação de áreas públicas ociosas para construção de moradias de interesse social, conjuntamente com regularização fundiária das áreas estaduais, priorizando a ocupação por mães solo e mulheres arrimo de família (sabendo-se que as mulheres negras e pobres são a maioria nesta condição).
5. Fortalecer escritórios técnicos públicos em todas as esferas governamentais do estado, na luta para reverter o desmonte da CDHU e da EMTU (empresa pública capaz de entrar em qualquer bairro ou favela e, assim, garantir o direito de ir e vir) e reativar a Emplasa (empresa de planejamento do governo estadual).

B. Controle social do Complexo Industrial e Tecnológico

1. Fazer controle tecnológico de materiais da construção civil, setor que passa por grandes transformações que mexem no campo do trabalho; compartilhar conhecimento em pé de igualdade com outras áreas do conhecimento.
2. Desenvolver projetos e controle da cadeia produtiva da construção civil; defender as pequenas e médias empresas; destravar crédito.
3. Incentivar a criação de banco de materiais municipais e redes de economia solidária voltadas para a construção civil.

C. Urbanismo produtivo

1. Incentivar o urbanismo produtivo, que consiste em incorporar elementos socioeconômicos e históricos para compor o imaginário coletivo para a fixação permanente ao novo território; isso propicia geração de renda, empreendedorismo e atividades culturais e ambientais que não eliminam a identidade da comunidade originária.
2. Implantar equipamentos coletivos como cozinhas, lavanderias e creches em áreas da periferia; também implementar creches e Emeis em condomínios verticais e horizontais em regiões de maior valorização de mercado, para trabalhadoras e trabalhadores urbanos.
3. Incentivar cooperativismo e empreendedorismo coletivos e igualitários, para diminuir a aridez territorial que obriga comunidades a grandes deslocamentos que geram riqueza em local alheio, enquanto poderia ser produzida no próprio território.
4. Promover arquitetura efêmera para situações emergenciais. Por exemplo: montagem de equipamentos sociais em épocas de pandemia e de unidades residenciais em caso de catástrofes ambientais e crises econômicas que atinjam trabalhadores desempregados e em situação de rua, com prioridade para mulheres e pessoas trans e LGBTQIA+ e especial atenção para higiene e saúde das pessoas atendidas. Além de moradias, prover pias e banheiros públicos em locais de grande circulação.
5. Implantar Vilas de idosas e idosos em todas as regiões do estado e das grandes cidades.

REFERÊNCIAS:

- ☞ <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/02/familias-sao-despejadas-em-sao-paulo-mesmo-apos-stf-estender-suspensao-de-remocoes>
- ☞ <https://www.migalhas.com.br/quentes/352946/lei-que-suspende-despejos-durante-a-pandemia-comeca-a-valer>
- ☞ <http://www.habitacao.sp.gov.br/detalhe.aspx?id=6>
- ☞ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/deficit-de-meio-de-milhao-de-moradias-e-futuro-do-minhacao-desafiarao-prefeito-de-sp.shtml>
- ☞ <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/eu-moro-na-rua-mas-ainda-sonho-a-vulnerabilidade-das-pessoas-trans-que-vivem-nas-ruas-de-sp/>
- ☞ <http://www.labcidade.fau.usp.br/endividados-e-sem-casa-devem-aumentar-com-a-aprovacao-do-pl-4188/>
- ☞ <https://www.seade.gov.br/pesquisa-do-seade-analisa-a-vida-das-mulheres-chefes-de-familia/>



EXPEDIENTE

Publicação da Secretaria Estadual da Mulher – PCdoB do Estado de São Paulo

Presidente estadual do partido: Rovilson Britto

Secretária da Mulher: Julia Roland

FÓRUM ESTADUAL PELA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

Alessandra Ribeiro
Amanda Horatório
Ana Maria Rodrigues
André Bezerra
Andréa Barcelos
Anna Martins
Bia Aragão
Carina Vitral
Claudia Rodrigues
Cleide Almeida
Cris Vicente
Denise Teijeiro
Elder Vieira
Eliane Souza
Elisangela Lizardo
Gicélia Bittencourt
Julia Roland
Julião Vieira
Karina Sampaio da Silva
Leci Brandão
Lenice Antunes
Lídia Corrêa
Mara Andrade
Maria Beatriz Rocha Alarcón
Mariana Moura
Mariana Venturini
Maura Augusta de Oliveira
Mirlene Simões
Monica Nadal Pimenta
Morgana Ribeiro
Nayara Souza
Renata Rosa
Renê Vicente
Rozina Conceição de Jesus
Vanius Oliveira
Wagner Cipriano Araujo

GRUPOS DE TRABALHO

Combate ao Racismo (Alessandra Ribeiro, Andrea Mendes, Cleide Almeida, Rozina Conceição)

Cultura (Elder Vieira, Railídia Carvalho e outros integrantes do Comitê de Cultura do PCdoB da Capital)

Democracia Participativa (Anna Martins, Claudia Rodrigues, Lenice Antunes)

Educação (Bia Aragão, Elisangela Lizardo)

Juventude (Mirlene Simões, Nayara Souza)

Habitação (Denise Teijeiro, Maura Augusta Oliveira, Maurilio Chiaretti, Victor Chinaglia)

Saúde (Ana Maria Rodrigues, Júlia Roland)

Trabalho (Gicélia Bittencourt, Renê Vicente, Vanius Oliveira)

Edição e texto final: Sueli Scutti (Jornalista, MTb 26.371)

Diagramação: Cláudio Gonzalez

Capa (edição de imagens): Carlos Seabra

Fotos: acervos pessoais/institucionais, arquivos do PCdoB e reproduções da internet





Secretaria Estadual da Mulher – PCdoB do Estado de São Paulo

Rua Rego Freitas, 192, República, São Paulo, SP, CEP 01220-010

E-mail: mulheres.pcdobsp@gmail.com

 www.facebook.com/pcdob.saopaulo
www.facebook.com/MulherPCdoB

 www.instagram.com/pcdob.sp/
www.instagram.com/mulheresdopcdob/

